Certifico que foi registado o seguinte:
Dissolução judicial.
Causa: por não ter exercido qualquer actividade durante cinco anos consecutivos.

Está conforme o original.

22 de Maio de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.
2006471228

GESLIX — GESTÃO, CONTABILIDADE, INFORMÁTICA E LIMPEZA DE CONDOMÍNIOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 14 314/20040527; identificação de pessoa colectiva n.º 506930580; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 5/20040527.

Certifico que pelos sócios Carlos Manuel da Silva Coelho de Matos e Ana Maria Teixeira foi constituída a sociedade em epígrafe, cujo contrato social é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma GESLIX — Gestão, Contabilidade, Informática e Limpeza de Condomínios, L.^{da}, e tem a sua sede em Lisboa, na Rua de Fernando Lopes Graça, 28, rés-do-chão, freguesia do Lumiar.

2 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede social ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe.

ARTIGO 2.º

1 — A sociedade tem por objecto a prestação de serviços de gestão, contabilidade, limpeza de condomínios e fornecimento de soluções informáticas.

2 — A sociedade poderá adquirir participações, como sócia de responsabilidade limitada, em sociedades com objecto diverso do seu, em sociedades reguladas por leis especiais, e poderá associar-se em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de cinco mil euros e corresponde à soma de duas quotas iguais de dois mil e quinhentos euros, pertencentes uma cada um dos sócios.

ARTIGO 4.º

1 — Apenas a divisão e cessão de quotas entre sócios é livremente permitida.

2 — A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento prévio da sociedade, à qual, em primeiro lugar, e aos sócios não cedentes, em segundo, é conferido o direito de preferência na cessão a título oneroso.

ARTIGO 5.º

1 — A administração e representação da sociedade, remunerada ou não, ficam a cargo dos gerentes que vierem a ser nomeados em assembleia geral.

2 — A sociedade fica vinculada pela intervenção conjunta de dois gerentes.

3 — A sociedade poderá constituir mandatários para determinados actos ou categorias de actos.

4 — Ficam desde já nomeados gerentes ambos os sócios.

5 — É expressamente proibido aos gerentes vincular a sociedade em cauções, avales, letras de favor, fianças ou quaisquer outros actos estranhos ao objecto social.

Está conforme o original.

8 de Junho de 2004. — A Segunda-Ajudante, *Maria Amélia Domingues Bandarra*.
2006451820

FIND — CONSULTADORIA EM RECURSOS HUMANOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 14 871/20050126; identificação de pessoa colectiva n.º 507207084; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 10/20050126.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe que se rege pelo seguinte contrato:

Estatutos da sociedade

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação de FIND — Consultadoria em Recursos Humanos, L.^{da}, e rege-se pelos presentes estatutos e pela legislação aplicável.

2 — A sociedade tem a sua sede na Rua de Ferreira Chaves, 8, freguesia de Campolide, concelho de Lisboa, podendo ser transferida, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe, por simples deliberação da gerência, a quem igualmente competirá decidir sobre a criação, transferência e encerramento de sucursais, filiais, agências ou outras formas de representação em Portugal ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto social a consultadoria, prestação de serviços de selecção e a elaboração de estudos para empresas de definição de estratégias e investimentos na área dos recursos humanos, bem como a prática de quaisquer actos acessórios, complementares ou convenientes à prossecução de tais actividades.

ARTIGO 3.º

A sociedade pode participar, nos termos da lei, em agrupamentos complementares de empresas, em agrupamentos europeus de interesse económico e, bem assim, adquirir, originária ou subsequentemente, acções ou quotas em sociedades de responsabilidade limitada, qualquer que seja o objecto destas ou em sociedades reguladas por leis especiais.

ARTIGO 4.º

O capital social, integralmente subscrito e realizado em dinheiro, é de cinco mil euros, correspondendo à soma das seguintes quotas:

a) Uma quota com o valor nominal de 3750 euros, pertencente à sócia Ana Filipa Seabra de Mendes Pinto Jacinto;

b) Uma quota com o valor nominal de mil duzentos e cinquenta euros, pertencente à sócia Ana Filipa Seabra de Mendes Pinto Jacinto;

c) Uma quota no valor nominal de mil duzentos e cinquenta euros, pertencente à sócia Maria Lino Sérvulo Correia Brito Goes.

ARTIGO 5.º

1 — A celebração de contratos de suprimento depende de prévia deliberação dos sócios.

2 — Por deliberação da assembleia geral, poderá ser exigida aos sócios a realização de prestações suplementares de capital, até ao montante de cem mil euros.

3 — Nos termos legais, e por deliberação dos sócios, a sociedade pode emitir obrigações tituladas ou escriturais.

ARTIGO 6.º

1 — É livre a cessão e divisão de quotas entre os sócios.

2 — Qualquer outra cessão fica sujeita ao consentimento da sociedade, devendo o sócio que pretenda ceder a sua quota, comunicar o facto à sociedade, por carta registada com aviso de recepção, indicando o cessionário, o preço, e restantes termos e condições de cessão.

3 — A assembleia geral da sociedade deverá reunir, no prazo de trinta dias a contar da recepção da carta referida na alínea anterior, para prestar ou recusar o consentimento para a cessão.

4 — Caso a sociedade consinta na cessão, os outros sócios gozarão de direito de preferência na aquisição da quota ou quotas a ceder, nos termos das alíneas seguintes:

a) No prazo de 30 dias a contar da prestação do consentimento para a cessão, o sócio que deseje exercer a sua preferência comunicará esse facto ao cedente, por carta registada com aviso de recepção, devendo o direito de preferência ser exercido nos quinze dias seguintes à recepção desta carta;

b) Caso vários sócios pretendam exercer o direito de preferência, a quota será dividida e distribuída na proporção das respectivas participações.

5 — Qualquer cessão de quotas efectuada em violação do disposto no presente artigo é ineficaz em relação à sociedade e constitui o cedente na obrigação de indemnizar a sociedade pelo mais elevado dos seguintes valores:

i) Correspondente a duas vezes o valor nominal da quota;

ii) o valor real da quota tal como resultar de uma auditoria especial realizada para o efeito, em ambos os casos acrescidos dos juros legais desde a data da cessão até à data do pagamento.

ARTIGO 7.º

1 — Em caso de morte, interdição ou inabilitação de um sócio, a sociedade pode amortizar, adquirir ou fazer adquirir por outro sócio ou por terceiro a respectiva quota, nos termos da lei.

2 — A sociedade poderá ainda amortizar quotas nos seguintes casos:

- a) Arresto, penhora ou outra forma de oneração da quota.
- b) Apresentação à insolvência de um sócio;
- c) Acordo com o respectivo sócio.

3 — A deliberação sobre o exercício do direito de amortização será tomada por três quartos dos votos correspondentes ao capital social.

ARTIGO 8.º

1 — Sem prejuízo do direito da sociedade excluir qualquer sócio nos termos legais, a sociedade tem o direito de excluir sócios que:

a) Cedam ou tentem ceder a sua quota em violação do disposto no artigo 6.º;

b) Pratiquem quaisquer actos que perturbem seriamente o funcionamento da sociedade, ponham em causa o seu bom nome e reputação ou causem ou sejam passíveis de causar prejuízos significativos à sociedade.

2 — Para efeitos do disposto no número anterior, as quotas em questão serão avaliadas de acordo com o seu valor nominal.

ARTIGO 9.º

1 — A assembleia geral é constituída por todos os sócios da sociedade.

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, as assembleias gerais são convocadas por qualquer gerente, sendo a convocação efectuada mediante carta registada com aviso de recepção, enviada com pelo menos 15 dias de antecedência em relação à data da realização da assembleia.

3 — Os sócios podem fazer-se representar nas assembleias gerais por qualquer pessoa, bastando para estabelecer a representação uma simples carta, *telex*, *fax* ou outro documento dirigido à sociedade, até à hora de realização da assembleia.

4 — As deliberações dos sócios serão tomadas por qualquer das formas admitidas por lei.

ARTIGO 10.º

1 — A sociedade é gerida e representada por um ou mais gerentes, nomeados no contrato de sociedade por um período de três anos, podendo ser reeleitos em assembleia geral.

2 — Os gerentes poderão ser remunerados nos termos em que a assembleia geral o vier a fixar, podendo as remunerações ser constituídas, total ou parcialmente, por uma participação nos lucros da sociedade.

ARTIGO 11.º

A sociedade obriga-se:

- a) Pela assinatura de um gerente;
- b) Pela assinatura de um ou mais mandatários, nos termos e limites da respectiva procuração.

ARTIGO 12.º

1 — O ano social corresponde ao ano civil.

2 — O resultado do exercício, apurado em conformidade com a lei, terá a aplicação que a assembleia geral determinar, deduzida as verbas que tenham de destinar-se à constituição ou reintegração de fundos ou outras reservas que a lei determine.

3 — A assembleia geral poderá, em cada exercício, decidir não distribuir lucros aos sócios.

ARTIGO 13.º

A dissolução e liquidação da sociedade ocorrerão nos casos e nos termos previstos na lei.

Gerentes designados para o triénio 2005-2007:

Ana Filipa Seabra de Mendes Pinto Jacinto e Maria Lino Sérvulo Correia Brito de Goes.

Está conforme o original.

4 de Abril de 2005. — A Segunda-Ajudante, *Maria Filomena da Costa Silva Loureiro*.
2009212576

HORTA VIVA — COMERCIALIZAÇÃO DE PRODUTOS DE AGRICULTURA BIOLÓGICA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 14 467/20040802; identificação de pessoa colectiva n.º 506766780; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 13/20040802.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe cujo teor do contrato social é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Horta Viva — Comercialização de Produtos de Agricultura Biológica, L.ª

2 — A sociedade tem a sua sede em Lisboa, no Jardim dos Jacarandás, 4.28.01-F, 5.º, C, freguesia de Santa Maria dos Olivais, concelho de Lisboa.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada, dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas e encerradas sucursais, filiais, agências ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste em transformação, comércio, importação, exportação e representação de bens produzidos em sistema de agricultura biológica, certificados e *franchising*.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social é de cinco mil euros, encontra-se integralmente realizado em dinheiro e corresponde à soma de duas quotas: uma do valor nominal de quatro mil euros titulada pelo sócio Manuel Jorge Alves Bento e outra do valor nominal de mil euros titulada pela sócia Ana Paula Nogueira Verissimo.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global igual ao capital social.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimentos.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou a não sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada em todos os seus actos e contratos, é suficiente a intervenção de um gerente.

3 — A remuneração da gerência poderá consistir, total ou parcialmente, em participação nos lucros da sociedade.

4 — Fica desde já nomeado gerente o sócio Manuel Jorge Alves Bento.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, quando esta for sujeita a arrolamento, arresto, penhora, quando for incluída em massa falida, ou quando, fora dos casos previstos na lei, for cedida sem consentimento da sociedade.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Está conforme o original.

13 de Setembro de 2004. — A Escriutária Superior, *Maria do Carmo Ferraz Jardim de Azevedo Fontes*.
2007502429

LUÍSA JÁCOME DE VASCONCELOS — SOCIEDADE UNIPESSOAL, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa, 2.ª Secção. Matrícula n.º 14 465/20040730; identificação de pessoa colectiva n.º 506838820; inscrição n.º 01; número e data da apresentação: 2/20040903.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe cujo teor do contrato social é o seguinte:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Luísa Jácome de Vasconcelos — Sociedade Unipessoal, L.ª